

Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício Económico: 2021



**Associação de Bem Estar Social
Da Freguesia de Sant Cruz**
Ademas Caixa Postal 7621
7540-051 Santa Cruz
Cont: 504 611 690



Conteúdo

1 Identificação da Entidade.....	4
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	4
3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	4
3.1 Bases de Apresentação.....	4
3.1.1 Continuidade:	4
3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):	5
3.1.3 Consistência de Apresentação	5
3.1.4 Materialidade e Agregação:	5
3.1.5 Compensação	5
3.1.6 Informação Comparativa.....	5
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis	5
3.2.2 Ativos Intangíveis.....	6
3.2.3 Investimentos financeiros	7
3.2.4 Inventários.....	7
3.2.5 Instrumentos Financeiros.....	7
3.2.6 Impostos Sobre o Rendimento	8
4 Ativos Fixos Tangíveis	8
5 Ativos Intangíveis.....	9
6 Investimentos Financeiros.....	9
7 Inventários.....	9
8 Rendimentos e gastos	10
9 Subsídios do Governo e apoios do Governo	10
10 Benefícios dos empregados.....	11
11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais	11
12 Outras divulgações	11
12.1 Créditos a receber	11
12.2 Outros ativos correntes.....	11
12.3 Diferimentos.....	12
12.4 Caixa e Depósitos Bancários.....	12
12.5 Fundos Patrimoniais.....	12
12.6 Fornecedores.....	12
12.7 Estado e Outros Entes Públicos.....	13
12.8 Outros passivos correntes.....	13



12.9 Subsídios, doações e legados à exploração.....	13
12.10 Fornecimentos e serviços externos.....	14
12.11 Outros rendimentos	14
12.12 Outros gastos.....	14
12.13 Resultados Financeiros.....	15
12.14 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	15
12.15 Financiamentos obtidos.....	15
12.16 Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	15
12.17 Acontecimentos após data de Balanço	16



1 Identificação da Entidade

A ASSOCIAÇÃO DE BEM ESTAR SOCIAL DA FREGUESIA DE SANTA CRUZ é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” em 29 de Setembro de 1998 e registada em 21 de Abril de 1999 no livro nº 7 das Associações de Solidariedade Social, sob o nº 40/99.

Tem sede em Ademas, Caixa Postal 7621, 7540-051, Santa Cruz.

Desenvolve como atividade principal a ação social, com as valências de Centro de Dia, Apoio Domiciliário e ATL.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;

Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;

NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;

Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

A natureza da reclassificação;

A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;

Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou



produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Edifícios e Outras Construções	50 Anos
Equipamento Básico	6 Anos
Equipamento de Transporte	5 Anos
Equipamento Administrativo	6 Anos
Equipamento Informático	5 Anos
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6 Anos

Os elementos de reduzido valor são depreciados a 100%, conforme estipulado no artigo 19º do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14/9.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Gastos e perdas em investimentos não financeiros” ou “Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros”.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida Útil estimada (Anos)
Programas de Computador	3 Anos

Os elementos de reduzido valor são amortizados a 100%, conforme estipulado no artigo 19º do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14/9.



O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Relativamente às entidades que apliquem o regime consignado no SNC-ESNL as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta “4143 – Fundos” e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

Os restantes investimentos estão valorizados ao custo histórico.

3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão valorizados ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Créditos a receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontrem reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos correntes



Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” incluem caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

c) As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2020	ADIÇÕES	ABATES	31-12-2021
Terrenos e Recursos Naturais				
Edifícios e Outras Construções	20 163,81			20 163,81
Equipamento Básico	58 017,35			58 017,35
Equipamento de Transporte	80 444,90			80 444,90
Equipamento Administrativo	8 947,70	379,10		9.326,80



Outros Ativos Fixos Tangíveis	12 963,61	10 383,88		23 347,49
Ativo Tangível Bruto	180 537,37			191 300,35
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e Outras Construções	2 856,27			3 259,85
Equipamento Básico	46 833,32			50 295,06
Equipamento de Transporte	69 376,58			75 160,73
Equipamento Administrativo	8 442,39			8 992,82
Outros Ativos Fixos Tangíveis	11 454,34			13 664,13
Depreciações Acumuladas	138 963,20			151 372,59
Ativo Tangível Líquido	41 574,17			39 927,76
Investimentos em curso	28 319,00	2 500,57		30 819,57
Ativos fixos tangíveis	69 893,17			70 747,33

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2020	ADIÇÕES	ABATES	31-12-2021
Programas de Computador				
Ativo Intangível Bruto				
Depreciações Acumuladas				
Programas de Computador				
Depreciações Acumuladas				
Ativo Intangível Líquido				

6 Investimentos Financeiros

No período de 2021, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

DESCRIÇÃO	31-12-2021
Investimentos Financeiros	
FCT	3 662,49
TOTAL	3 662,49

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	31-12-2021
Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	
TOTAL	0,00



No que concerne à quantia de “Inventários” reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2021, detalham-se conforme segue:

MOVIMENTOS	2021	
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
Saldo Inicial		0,00
Compras		32 686,11
Regularização Inventários		0,00
Saldo Final		0,00
Gastos no Período		32 686,11

8 Rendimentos e gastos

Para os períodos de 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

RUBRICAS	31-12-2021
Prestação Serviços	107 371,61
Quotas dos utilizadores	106 911,61
Quotizações e joias	460,00
Outros Rendimentos	15 339,18
Consignação IRS	1 472,67
Donativos	13 711,98
Rendimentos suplementares	154,00
Restituição Impostos	0,53
Juros	
Depósitos Bancários	
TOTAL	122 710,79

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

DESCRIÇÃO	NATUREZA	2021	
		OPERACIONAIS	INVESTIMENTO
ISS, IP (Dotação)	Não Reembolsável	141 432,77	
IEFP	Não Reembolsável		



10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos é de 1 elemento.

O número médio de pessoas ao serviço da instituição durante o exercício de 2021 foi de 13.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

DESCRIÇÃO	2021
Remunerações do Pessoal	120 918,32
Indemnizações	
Encargos Sobre as Remunerações	26 785,93
Seguros de Acidentes Trabalho e Doenças Profissionais	495,37
Outros Gastos com Pessoal	938,05
Estágios (IEFP)	
TOTAL	149 137,67

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados

12 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1 Créditos a receber

Para o período de 2021 a rubrica "Utentes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2021
Clientes e Utentes C/C	
Utentes	3 752,74
TOTAL	3 752,74

12.2 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2021, a seguinte decomposição:

DESCRIÇÃO	2021
Outros Ativos Correntes	
Fornecedores (Saldo Devedor)	
Pessoal (Saldo Devedor)	488,76
Outros Devedores	1 458,24
TOTAL	1 947,00



12.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	2021
Gastos a Reconhecer	
Seguro Acidentes Trabalho	244,95
Outros Seguros	1 240,97
Outros	
TOTAL	1 485,92
Rendimentos a Reconhecer	
Antecipação Quotas	
Subsídios	
IEFP	
Outros	1 841,64
TOTAL	1 841,64

12.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	2021
Caixa e Depósitos Bancários	
Caixa	1 095,58
Depósitos à Ordem	4 196,34
Outros Depósitos Bancários	
TOTAL	5 291,92

12.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Fundos				
Reservas	11 431,90			11 431,90
Resultados Transitados	-10 777,15		20 283,35	9 506,20
TOTAL	654 75		20 283,35	20 938,10

12.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2021
Fornecedores C/C	
Fornecedores	18 835,88
TOTAL	18 835,88



12.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2021
Ativo	
IVA a Recuperar	1 724,01
TOTAL	1 724,01
Passivo	
IRS (Retenções)	417,00
Segurança Social	1 169,11
Outras Tributações (Fundos)	
TOTAL	1 586,11

12.8 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2021
Credores por Acréscimo de Gastos	
Remunerações a Liquidar	12 714,19
Outros	134,77
Outros Credores	7 404,79
TOTAL	20 253,75

12.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

DESCRIÇÃO	2021
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	141 432,77
Doações	2 675,59
TOTAL	144 108,36

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

O valor registado na rubrica “doações e heranças” corresponde a 2 675,59 euros, doações monetárias.



12.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2021
Subcontratos	
Serviços Especializados	12 293,75
Materiais	2 934,61
Energia e Fluidos	16 614,18
Deslocações, Estadas e Transportes	
Serviços Diversos	25 836,30
Encargos com Utentes	
TOTAL	57 678,84

12.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2021
Rendimentos Suplementares	150,00
Rendimentos Ativos Financeiros	
Rendimentos Ativos Não Financeiros	
Outros Rendimentos (Inclui Juros de Depósitos)	15 189,18
TOTAL	15 339,18

12.12 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2021
Impostos	
Dividas incobráveis (Associados)	
Outros Gastos	320,52
TOTAL	320,52



12.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

DESCRIÇÃO	2021
Juros e Gastos Similares Suportados	
Juros Suportados	868,92
TOTAL	868,92
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	
Juros Obtidos (Depósitos)	
TOTAL	
Resultados Financeiros	0,00

12.14

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros
A 31 de Dezembro de 2021, apresentava os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	2021
Ativo	
Quotas	
TOTAL	0,00

12.15 Financiamentos obtidos

No período de 2021 foram contratualizados os seguintes financiamentos:

DESCRIÇÃO	2021
Financiamentos obtidos:	
Não Corrente	10 551,31
TOTAL	10 551,31
Corrente	4 570,20
TOTAL	4 570,20

12.16 Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O edifício sede da Associação está cedido sem quaisquer contrapartidas e o terreno está cedido em direito de superfície pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém onde a instituição desenvolve a sua atividade.

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2021, foi o seguinte:

Centro de Dia: 23; ATL: 13; Serviço de Apoio Domiciliário: 31

Em 2021 a instituição teve 61 associados ativos.



12.17 Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Ademas, 31 de Março de 2022

PRESIDENTE DA DIRECÇÃO

CONTABILISTA CERTIFICADO